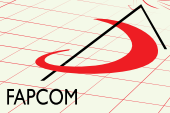


KELLER REIS FIGUEIREDO

EDUCAÇÃO E DISCIPLINA À LUZ DA MICROFÍSICA
DO PODER DE MICHEL FOUCAULT



FAPCOM



COLEÇÃO E.BOOKS | FAPCOM

FILOSOFIA

EDUCAÇÃO E DISCIPLINA À LUZ DA MICROFÍSICA
DO PODER DE MICHEL FOUCAULT

KELLER REIS FIGUEIREDO

EDUCAÇÃO E DISCIPLINA À LUZ DA MICROFÍSICA
DO PODER DE MICHEL FOUCAULT



Coleção E.books Fapcom

A **Coleção E.books FAPCOM** é fruto do trabalho de alunos de graduação da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação. Os conteúdos e temas publicados concentram-se em três grandes áreas do saber: filosofia, comunicação e tecnologias. Entendemos que a sociedade contemporânea é transformada em todas as suas dimensões por inovações tecnológicas, consolida-se imersa numa cultura comunicacional, e a filosofia, face a esta conjuntura, nos ocorre como essencial para compreendermos estes fenômenos. A união destas três grandes áreas, portanto, nos prepara para pensar a vida social. A Coleção E.books FAPCOM consolida a produção do saber e a torna pública, a fim de fomentar, nos mais diversos ambientes sociais, a reflexão e a crítica.

Conselho Científico

Alessandra Barros Marassi
Antonio Iraildo Alves de Brito
Claudenir Módolo Alves
Claudiano Avelino dos Santos
Jakson Ferreira de Alencar
Valdir José de Castro

Livros da Coleção E.books FAPCOM

A COMUNICAÇÃO NA IGREJA CATÓLICA LATINO-AMERICANA

Paulinele José Teixeira

ASCENSÃO DIALÉTICA NO BANQUETE

Iorlando Rodrigues Fernandes

COMUNICAÇÃO E AMBIENTE DIGITAL

Cinzia Giancinti

A ONTOLOGIA DA ALMA EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

Moacir Ferreira Filho

PARA REFLETIR O QUE A GENTE ESQUECIA:
ANÁLISE DE VIDEOCLIPES DA BANDA O RAPPA

Talita Barauna

NARRATIVAS DA FRONTEIRA:
INTERFACES ENTRE JORNALISMO E LITERATURA NAS
MEMÓRIAS DO CÁRCERE, DE GRACILIANO RAMOS

Marcos Vinícius Lima de Almeida

O CINEMA TRASH E A RECICLAGEM DA INDÚSTRIA CULTURAL

Juliano Ferreira Gonçalves

O TRATADO SOBRE AS DUAS NATUREZAS DE BOÉCIO
ASPECTOS FILOSÓFICOS DA CONTRAPOSIÇÃO
ÀS HERESIAS DE ÊUTIQUEUS E NESTÓRIO

Gabriel Anderson Barbosa

O PROBLEMA DA FELICIDADE NA FILOSOFIA TRÁGICA DE NIETZSCHE

Gabriel Sanches Gonçalves

PEDRINHAS - A CIDADE E AS SOMBRAS

Guilherme Lazaro Mendes

BRANDING SENSORIAL: POTENCIAL E LIMITES

Amanda Mendes Zerbinatti

UM ESTUDO DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR
DE NARRATIVA TRANSMÍDIA BRASILEIRA

Fernanda Gonçalves dos Santos

COLCCI: DO FUNDO DO QUINTAL PARA SPFW- AS RELAÇÕES PÚBLICAS E O
MARKETING INTEGRADOS NO REPOSICIONAMENTO DA MARCA

Ynaia Alexandre Rosa

AS CONSEQUÊNCIAS ANTROPOLÓGICAS DO PECADO ORIGINAL SEGUNDO
SANTO AGOSTINHO

Lucas Rodrigues Dalbom

FILOSOFIA DA NATUREZA EM ARISTÓTELES:
A TEORIA DAS QUATRO CAUSAS E ANECESSIDADE TELEOLÓGICA

Mário Henrique Miguel Pereira

ANÁLISE DO PERFIL JORNALÍSTICO NAS REVISTAS PIAUÍ E VEJA:
DOS PROTAGONISTAS DO COTIDIANO ÀS CELEBRIDADES E FIGURAS PÚBLICAS

Matheus Campos da Silva

APPLE E O COMERCIAL TELEVISIVO “1984”:
ASPECTOS CULTURAIS E SEMIÓTICOS NA FORMAÇÃO DE BRANDING DA MARCA

Thiago Neves

WE LOVE BOOK

Silas Tarso Sales

NO ESCONDERIJO DO VERSO: ANÁLISE DO DISCURSO
RELIGIOSO DO PADRE FÁBIO DE MELO

Marcelo Lopes Staffa

O TEMPO CÍCLICO E A HISTÓRIA LINEAR EM AGOSTINHO

David Brendo Silva

Direção Editorial

Claudiano Avelino dos Santos

Coordenação Editorial

Claudenir Módolo Alves

Alessandra Barros Marassi

Produção Editorial

Editora Paulus

Capa

Gledson Zifssak

Diagramação

Luana Felícia

Revisão Gramatical

Cícera Gabriela Souza Martins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Figueiredo, Keller Reis

Educação e disciplina à luz da microfísica do poder de Michel Foucault [livro eletrônico] /

Keller Reis Figueiredo. -- São Paulo : Paulus, 2018. --

(Coleção E.books FAPCOM)

922 Kb ; ePub

Bibliografia.

ISBN 978-85-349-4682-7

1. Análise do discurso 2. Disciplina 3. Educação - Filosofia 4. Foucault, Michel, 1926-1984 5.

Poder (Filosofia) 6. Punição 7. Relações humanas 8. Sala de aula - Direção 9. Vigilância

I. Título. II. Série.

18-13827

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Filosofia 370.1

© PAULUS – 2017

Rua Francisco Cruz, 229

04117-091 – São Paulo – (Brasil)

Tel. (11) 5087-3700 – Fax (11) 5579-3627

www.paulus.com.br

editorial@paulus.com.br

ISBN: 978-85-349-4682-7

RESUMO

FIGUEIREDO, Keller Reis. Iniciação de uma vida de estudos: diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos. São Paulo, 2016. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, para a obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

A Monografia é uma análise dos textos do filósofo Michel Foucault e de seus comentadores, com o objetivo da aplicação de seus conceitos na realidade educacional brasileira. Sob um enfoque crítico, tem o propósito de conscientizar o leitor da importância do papel do educador para com o educando na sala de aula. Questões são levantadas apontando desafios a serem superados, ao evidenciar a dura realidade de uma classe social dominada por um discurso de poder da classe dominante. A significativa contribuição está em tratar a educação como um problema a ser resolvido pela filosofia, ou seja, a educação no Brasil é um problema filosófico, se quisermos ter uma sociedade mais justa e virtuosa.

Palavras-chave: Poder; Vigilância; Punição; Educação e Discurso.

ABSTRACT

FIGUEIREDO, Keller Reis. Initiation of a study of life: guidelines for reading, analysis and interpretation of texts. São Paulo, 2016. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, para a obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

The Monograph is an analysis of texts by the philosopher Michel Foucault and his commentators, with the aim of applying the concepts in the Brazilian educational reality. Under a critical approach, it aims to educate the reader of the importance of the educator's role towards the student in the classroom. Questions are raised pointing challenges to be overcome, to show the harsh reality of a social class dominated by a ruling class's powerful discourse. A significant contribution is to treat education as a problem to be solved by philosophy, that is, education in Brazil is a philosophical problem, if we want a more just and virtuous society.

Keywords: Power; Surveillance; Punishment; Education and Speech.

Resistimos à invasão dos exércitos;
não resistimos à invasão das ideias.

Victor Hugo

Esta espécie de loucura
Que é pouco chamar talento
E que brilha em mim, na escura
Confusão do pensamento,

Não me traz felicidade;
Porque, enfim, sempre haverá
Sol ou sombra na cidade
Mas em mim não sei o que há.

Fernando Pessoa

Não me pergunte quem eu sou, mas sobretudo não me peça
para permanecer o mesmo.

Michel Foucault

Sumário

Introdução	12
CAPÍTULO I	
1 Microfísica do Poder em Michel Foucault	16
1.1 Microfísica do Poder: Discursividade e Subjetivação	16
1.2 Vigiar e Punir: disciplina e adestramento na perspectiva foucaultiana	21
CAPÍTULO II	
2 Educação e Disciplina à Luz da Microfísica do Poder	30
2.1 O Governo da Infância e Adolescência	30
2.2 Os Dispositivos Disciplinares da Governamentalidade e a Biopolítica	37
2.3 O Governo da Infância e a UNESCO	45
2.4 Políticas Sociais para a Infância e Adolescência em Tempos Neoliberais	48
2.5 A Educação e a Escola como Produção de Sujeitos Capazes de Incluir	51
Considerações Finais	55
Referências	59
Anexos	62

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe um olhar que examine as relações humanas no contexto educacional, na medida em que são elas que oferecem suporte às trocas de significação afetiva e intelectual que constituem a base da construção do conhecimento, que revelam aspectos da individualidade da pessoa humana e que se refletem em suas ações de participação social. Assim, pretende-se estudar as relações humanas e as condições disciplinares caracterizadas na sala de aula, onde representam oportunidades para compreender os potenciais e os limites da ação criativa no contexto educacional.

Este trabalho se justifica porque se propõe fazer uma discussão sobre a transformação consciente do processo de ensino. Assim, dependendo da forma com que a microfísica do poder e as formas de vigilância e punição são operacionalizadas na sala de aula, o aluno pode ser cerceado, e sua criatividade pode sofrer limitação, o que empobrece o processo da construção do saber e inibe o desenvolvimento humano. Aprender é um trabalho de criação, de produtividade, de tirar sentido daquilo que precisa ser interpretado. É a forma como o aluno como sujeito, é formado.

Em Foucault, o conceito de sujeito é central no campo da educação, o conceito clássico de sujeito. O sujeito como algo dado, que pode e precisa ser educado, é entendido como alguém que é fruto de uma construção histórica, e que tem sua origem na modernidade e no advento das ciências humanas. O estudo, entre outras coisas, permitirá perceber que está em vias de desaparecimento este conceito moderno de sujeito, que compreende o ser humano como universal, como se sempre tivesse existido com essas mesmas características, como se não passasse por transformações históricas. Para Foucault, na microfísica do poder, o sujeito foi produzido e está, constantemente, sendo redefinido pelos cruzamentos disciplinares e discursivos. Assim, há formas históricas de sujeitos e há formas históricas de educação. Cientificamente podemos estar no limiar da descoberta de um novo sujeito, que está em constante transformação, que não apenas recebe a informação de um centro de poder, o professor, mas que também emite sua forma de conhecimento e aprendizagem, por estar conectado e atuando em rede.

A atuação desse sujeito é um questionamento ao modelo de ensino vigente. Para atender a necessidade de educação desse novo sujeito, é necessário avaliar a atual metodologia de ensino. Assim, busca-se uma ampliação e um aprofundamento do entendimento dos fatores envolvidos na educação, com a influência do pensamento de Foucault e seus comentadores.

Para Foucault, todas as relações humanas são atravessadas por relações de poder que se inserem e se exercem em rede. Em suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer a sua ação. O poder se manifesta nas instituições formadas pelos seres humanos, nos diversos momentos da história da humanidade.

Nesse sentido, atende ao maior objetivo do sistema de poder que implica tornar o homem útil e dócil. O indivíduo é uma produção do poder e do saber. A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história essa figura singular, individualizada - o homem (o sujeito) - como produção do poder. Este homem é, ao mesmo tempo, objeto de saber. Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências humanas.

Todo saber é político e tem sua gênese em relações de poder. Saber e poder se implicam mutuamente, não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Por isso, as instituições de ensino têm um papel importantíssimo, podem transformar ou reproduzir o modelo vigente, legitimando o poder existente. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. E, em contrapartida, todo saber assegura o exercício de um poder. É o saber enquanto tal que se encontra dotado, estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotada de poder, e é enquanto saber que tem poder. O estudante, na medida em que se submete ao cruzamento de enunciados e poderes, torna-se subjetivado numa instância política como campo de batalha.

A sala de aula, como um genuíno grupo humano, permite observar a presença e inferência da microfísica do poder segundo Foucault. As articulações nas relações do professor e aluno, a constatação das ações de vigilância e punição, com a ocorrência do ensinar unidirecional, e a manutenção da disciplina do corpo na sala de aula. Assim, numa lógica subjetivista, a escola busca trabalhar o tema para torná-lo um instrumento de libertação e desenvolvimento do ser humano. O aluno deve ser educado para assumir a sua própria autonomia, o professor é o mediador que irá conduzir o processo.

A escola tradicional, que educa e disciplina, é uma forma de conformar e fabricar o sujeito a partir de uma tecnologia de poder. O sujeito, cidadão comum, é produzido pelas tecnologias de poder disciplinar, no qual a educação moderna é o efeito das tecnologias de poder. O sujeito (aluno) é o efeito das construções das relações de poder. Contemporaneamente, se quisermos uma educação, comprometida com a construção autônoma do indivíduo, a instituição escolar deve buscar novos caminhos para a construção autônoma do sujeito (aluno).

Talvez seja esse o desafio do processo educacional para o século XXI, onde o sujeito formado, já adulto, saberá como superar a disciplina da organização do espaço, da técnica de distribuição dos indivíduos através de inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Nele, cada sujeito (cidadão) é controlado e vigiado por números, CI, CPF, Título de Eleitor, PIS etc. Isso isola o corpo em um espaço fechado, esquadrinhado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige. As potencialidades do ser humano permitem que o homem vá além dos limites preestabelecidos, o que amplia e muito as possibilidades de desenvolvimento e a obtenção de uma vida mais feliz. Podemos viver à margem do poder opressor e escolher novas formas de viver, com base no nosso conhecimento. Trata-se de uma forma de libertação para uma vida mais plena.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, com objetivos explicativos sobre a descrição de aspectos relacionados ao universo da educação, com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes passíveis de serem objetivados. As informações obtidas

pela pesquisa dos livros da referência bibliográfica serão analisadas de maneira indutiva. Com o referencial bibliográfico acerca do tema proposto, a pesquisa será de dados conceituais e fontes teóricas.

CAPÍTULO I

1 Microfísica do Poder em Michel Foucault

Trata-se, a partir de agora, de compreender a manifestação da microfísica do poder na educação e disciplina do homem, sua configuração, difusão no corpo social, seu exercício na instituição, sua relação com a produção da verdade e as resistências que suscita. Implica ainda analisar como os saberes se constituem a partir de práticas políticas e econômicas. Para Foucault, o poder não está só no aparelho de Estado, mas se manifesta em rede de poderes moleculares que se se expandem por toda sociedade. O poder não é apenas repressor, mas também disciplinador e normalizador. Isso vem do uso do saber como um importante dispositivo político, para produzir e intensificar o poder.

1.1 Microfísica do Poder: Discursividade e Subjetivação

O poder não tem como ponto de partida apenas o Estado, ele não é o órgão central e único de poder. Há uma rede de poderes da própria sociedade, que se exercem em pontos diferentes da rede social. Tais poderes estão integrados ou não ao Estado.

O poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social (FOUCAULT, 2015, p. 17).

Essas práticas e relações de poder não se realizam de forma livre e desinteressada. Percebe-se um objetivo, um interesse por detrás das práticas e relações de poder, ainda mais em uma sociedade capitalista. A manifestação da microfísica do poder na educação é percebida como uma tentativa de adestramento do

homem. É um poder que se vê capaz de edificar, construir o homem para ser útil para a sociedade a que pertence. É um saber que se constitui a partir de práticas políticas e econômicas.

Pois o seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contrapoder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente (FOUCAULT, 2015, p. 20).

A completa dominação do homem e o instrumento básico para realizar tal empreendimento estão na forma como o homem é educado. O homem torna-se uma coisa, um objeto, que, bem lapidado, tem uma utilidade para a sociedade, é a instrumentalização e apropriação das potencialidades humanas por parte de quem exerce o poder, para ser servido.

O adestramento do corpo, aprendizado do gesto, e a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história essa figura singular, individualizada - o homem - como produção do poder (FOUCAULT, 2015, p. 26).

Podemos compreender como é importante a educação do homem, que pode ser um instrumento para escravizar ou libertar, dependendo de como o homem é educado e para que fim o homem é educado. A constituição e realização do poder estão intimamente ligadas com a educação e suas trocas discursivas e subjetivas. A amplitude do poder será exercida na medida em que o homem for educado, e incitado a se submeter aos discursos de poder.

A questão central está no poder, como ele é constituído, como ele é exercido, como ele se manifesta. A vida de todos, de uma forma ou de outra, está sob o julgo do poder. Seja para quem tem o

poder e o exerce, seja, para quem é oprimido pelo poder. O poder passa a existir através de relações e práticas de poder disseminadas por todos os membros da sociedade. Ninguém consegue fugir do poder. O discurso atravessa todas as instâncias sociais.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2015, p. 45).

O poder se estabelece através de dispositivos de verdade construídos pela sociedade. “*A verdade não existe fora do poder ou sem poder*” (FOUCAULT, 2015, p. 51). Existe a necessidade da verdade para produção econômica e poder político, o que muitas vezes se faz circular nos aparelhos da educação e da informação.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros (FOUCAULT, 2015, p. 52).

Ou seja, a verdade é uma construção da sociedade humana, conforme a amplitude educacional dessa sociedade específica. A verdade é um “*conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeito específico de poder*” (FOUCAULT, 2015, p. 53). Tornando mais concreta a conceituação de verdade, pode-se “*por verdade, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados*” (FOUCAULT, 2015, p. 54). A microfísica do poder atravessa essa circulação dos enunciados que se propõem a possuírem efeitos de verdade, e conseqüentemente de poder. Tal circulação dos enunciados, apresentaremos com mais detalhes, no que tange a educação.

O regime político e econômico está alicerçado em sistemas de poder, que produzem e apoiam a verdade edificada a partir da circulação dos discursos. Devemos procurar saber se é possível construir uma nova verdade, desvincular o poder da verdade, das

formas de hegemonia, sociais, econômicas, culturais e educacionais. Pois muitas vezes a política e a economia são a própria verdade. Se quisermos proporcionar o acesso a uma educação verdadeira para o povo de uma nação, devemos mostrar uma verdade mais límpida possível, com a menor influência ideológica, política e econômica de quem exerce o poder na sociedade.

Em Nietzsche, os termos origem (Ursprung)¹, proveniência (Herkunft)² e emergência (Entstehung)³ indicam a avaliação dos vícios e os erros da cultura histórica moderna, perceptíveis na genealogia e na história. Foucault analisa a constituição da cultura ocidental moderna e suas verdades. O pensamento de Nietzsche destrói o entendimento e enganos acerca das causas e dos efeitos da história, que forjou a verdade dos fatos, dos acontecimentos e das perspectivas tomadas pelos homens. Nietzsche revira os subterrâneos das afirmações verdadeiras acerca do que somos, fazemos e pensamos. *“A verdade, espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável”* (FOUCAULT, 2015, p. 60).

Não há como ignorar as dificuldades, os impasses, as atividades subterrâneas das lutas e dos embates que se registram no corpo, o jogo de ganhar e perder que qualquer ideia, conceito, noção ou princípio proporciona, a partir da sua história. A genealogia, ao invés de buscar um começo, quer descobrir nas relações de conflitos históricos o que conhecemos e o que somos. A história está registrada no corpo.

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 2015, p. 65).

1 MICHAELIS, dicionário escolar alemão: alemão-português, português-alemão/Alfred J. Keller. – São Paulo: Editora Melhoramentos, 2002.

2 Idem.

3 Idem.

Pode-se dizer que a história registrada no corpo é a história da dominação do homem pelo homem, onde se afirma o poder legitimado pelo discurso, através de leis e regras que estabelecem mecanismos de vigilância e punição. O poder se apropria da educação para passar sua visão de mundo, sua verdade, sua versão da história, é como se fosse um ritual. E é por isso, precisamente, que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. *“Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas”* (FOUCAULT, 2015, p. 68).

A humanidade progride de forma violenta, pratica suas violências a partir de um sistema de regras e prossegue de dominação em dominação. É a regra que permite que seja feita a violência. A violência da dominação, para que possa dobrar aqueles que dominam. E todos nós somos educados para cumprir regras, a partir de um discurso dito como verdadeiro.

Em si mesmas, as regras são vazias, violentas, não finalizadas; elas são feitas para servir a isto ou àquilo; elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns ou de outros. O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto (FOUCAULT, 2015, p. 69).

As regras reativam o jogo da dominação, elas criam um mundo idealizado, sonhado, que faz parte de utopias, as quais são implementadas por um sistema de poder, formuladas a partir de um discurso dominante. Servem como instrumento de formulação de políticas educacionais, voltadas para atender a um propósito. A dominação do homem pelo homem. O homem, ao ser educado para cumprir a regra, torna-se dócil, capaz de ser manipulado pelo discurso, dito como verdadeiro. Este homem age sem consciência, incapaz de refletir sobre seus atos.

O desejo de paz, a doçura do compromisso, a aceitação tácita da lei, longe de serem a grande conversão moral ou o útil calculado que deram nascimento à regra, são apenas seu resultado e propriamente falando sua perversão: “Falta, consciência, o dever têm sua emergência no direito de obrigação; e em seus começos, como tudo o que é grande sobre a terra, foi banhado de

sangue” Friedrich Nietzsche, Genealogia da moral, II, 6 (FOUCAULT, 2015, p. 69).

A humanidade nos últimos quinhentos anos tem enaltecido os valores humanos. Ao colocar o homem no centro do discurso filosófico, abre mão do conhecimento da metafísica, enfatiza o avanço técnico-científico, como se fosse a verdade estabelecida. Por uma postura empírica utilitarista, esse mesmo homem cria a sua própria realidade, a qual é moldada pelo desenvolvimento tecnológico.

Através de uma análise crítica, devemos entender como se formam e se modificam as relações entre o sujeito e o objeto. Para Foucault, a questão é determinar o que deve ser o sujeito e a que condições está submetido. “*Qual posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento: em suma, trata-se de determinar seu modo de subjetivação*” (FOUCAULT, 2006, p. 237). Quando o sujeito é colocado como objeto, deve-se avaliar os meios de subjetivação e objetivação que faz da qualidade de sujeito, objeto de conhecimento, causa do surgimento das ciências humanas. “*Estudar a constituição do sujeito como objeto para ele próprio: a formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, se analisar, se decifrar e se reconhecer como campo de saber possível*” (FOUCAULT, 2006, p. 238).

Trata-se da forma como o sujeito se relaciona consigo mesmo e com a verdade. “*Tudo o que nos é posto em nosso saber, como sendo de validade universal, quanto à natureza humana ou às categorias que se podem aplicar ao sujeito, exige ser experimentado e analisado*” (FOUCAULT, 2006, p. 239). Tornar claro como o sujeito é objetivado para ele próprio e para os outros, através de procedimentos de governo, as relações de poder, as maneiras como os homens são governados uns pelos outros, a partir da educação e da disciplina.

1.2 Vigiar e Punir: disciplina e adestramento na perspectiva foucaultiana

Na obra *Vigiar e Punir*, Foucault mostra que em cada época criam-se leis para validar métodos de punição, onde se aplicam atos de violência física e princípios humanitários para a recuperação e

a reintegração do sujeito na sociedade. Trata-se da força de um sistema coercitivo, julgado necessário e adequado para a defesa dos direitos privados e públicos contra o sujeito em formação. O objetivo de tais sistemas é integrar e tornar o sujeito em formação dócil e útil para a sociedade.

Em Foucault, percebemos a mudança dos métodos de punição e disciplina através dos tempos. As formas de punição sofreram alterações e foram humanizadas ao longo dos séculos. Elas continuam e estão presentes no século XXI. Com a criação e o exercício dos direitos humanos, humanizam-se as formas de vigilância e punição.

No fim do século XVIII e começo de XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo. De um lado, a supressão do espetáculo punitivo. O cerimonial da pena vai sendo obliterado e passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração (FOUCAULT, 2014, p. 13).

Tal realidade também se faz presente nas instituições educacionais, que, de forma sutil e através de modernas práticas pedagógicas, exercem o poder da vigilância e da punição sobre o sujeito em formação.

A punição vai se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício (FOUCAULT, 2014, p. 14).

Todavia, é preciso mostrar que o poder sobre o corpo nunca deixou de existir, a pena não está centralizada no suplício como técnica de sofrimento para a correção, mas na perda de um bem ou de um direito. Por exemplo, a liberdade.

O afrouxamento da severidade penal no decorrer dos últimos séculos é um fenômeno bem conhecido

dos historiadores do direito. Entretanto, foi visto, durante muito tempo, de forma geral, como se fosse fenômeno quantitativo: menos sofrimento, mais suavidade, mais respeito e “humanidade” (FOUCAULT, 2014, p. 21).

Assim, não é mais o corpo que se atinge com a punição, mas a alma do sujeito em formação, em suas formas mais duras. Com castigos sobre o coração, o intelecto, a vontade e as disposições. Disciplinarmente busca-se ferir mais a alma do que o corpo, como forma de correção do sujeito em formação. Isso não quer dizer que o corpo não sofra punição e não seja disciplinado, pelo contrário, através do corpo atinge-se a alma do sujeito em formação.

Houve, durante a Época Clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam. Dois registros bem distintos, pois se tratava ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. O corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 2014, p. 134).

Trata-se, portanto, da ação disciplinadora sobre o corpo, seu controle minucioso, impondo uma relação de docilidade-utilidade, com o objetivo de torná-lo obediente, é uma manifestação da mecânica de poder.

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Os regulamentos, as inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo influenciaram na forma de organização das escolas

em um ambiente laicizado, onde se passa a valorizar a racionalidade econômica e a técnica. Utiliza-se da disciplina para distribuir os alunos no espaço, o que garante a obediência e impõe a ordem.

Haverá em todas as salas de aula lugares determinados para todos os escolares de todas as classes, de maneira que todos os da mesma classe sejam colocados num mesmo lugar e sempre fixo. Os escolares das lições mais adiantadas serão colocados nos bancos mais próximos da parede e em seguida os outros, segundo a ordem das lições, avançando para o meio da sala [...]. Cada um dos alunos terá seu lugar marcado e nenhum o deixará nem trocará sem a ordem e o consentimento do inspetor das escolas. [Será preciso fazer com que] aqueles cujos pais são negligentes e têm piolhos fiquem separados dos que são limpos e não os têm; que um escolar leviano e distraído seja colocado entre dois bem comportados e ajuizados, que o libertino ou fique sozinho ou entre dois piedosos (FOUCAULT, 2014, p. 144).

A disciplina também impôs o controle da atividade pelo tempo. Isso influenciou muito o modelo de organização industrial. Também as instituições educacionais utilizam-se deste meio para se organizar. Tanto o rigor do tempo que regula e dá inícios aos trabalhos, quanto as aulas que são momentos em que todos estão trabalhando, alunos e professores.

No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. Um corpo bem-disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto (FOUCAULT, 2014, p. 149).

Segundo Foucault, “*o tempo iniciático da formação tradicional foi substituído pelo tempo disciplinar com suas séries múltiplas e progressivas*” (FOUCAULT, p. 156). Forma-se uma pedagogia analítica da matéria de ensino e hierarquizam-se os graus de cada fase do progresso. O poder se articula com o tempo, que realiza o seu controle e a sua utilidade.

Os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal

e estável. Em suma, um tempo “evolutivo”. Ora, é preciso lembrar que no mesmo momento as técnicas administrativas e econômicas de controle manifestavam um tempo social de tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de “progresso”. São novas técnicas de poder e, mais precisamente, de uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar, por seriação, por síntese e totalização (FOUCAULT, 2014, p. 157).

O que existe na essência é o adestramento do corpo por um forte sistema disciplinar. O tempo da vida humana passa a ser controlado e organizado para uma finalidade específica. A existência do corpo tem que ser dócil e útil. E o adestramento do sujeito começa na escola, com o início de sua educação, e se perpetua em sua vida adulta.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se aprimorar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fábrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame (FOUCAULT, 2014, p. 167).

A vigilância hierárquica também se dá no ensino infantil, fundamental e médio. Ela está colocada de forma discursiva pela pedagogia e é aplicada de forma prática no olhar hierárquico, na sanção normalizadora e no exame. Tais estratégias permitem regulamentar e administrar a atividade de uma turma. Seu funcionamento se dá em rede de alto a baixo, de baixo para cima e lateralmente.

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar, e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados (FOUCAULT, 2014, p. 174).

Na essência de um sistema disciplinar está o mecanismo penal. Tudo que pertence a ele é a inobservância, a inadequação à regra, os desvios. Segundo Foucault, “*a ordem que os castigos disciplinares devem fazer respeitar é de natureza mista: é uma ordem artificial, colocada de maneira explícita por uma lei, um programa, um regulamento. Mas é também uma ordem, definida por processos naturais e observáveis*” (FOUCAULT, 2014, p. 176). A função do castigo disciplinar é reduzir os desvios. A punição, na disciplina é um elemento do sistema duplo de gratificação-sanção:

O professor deve evitar, tanto quanto possível, usar castigos; ao contrário, deve procurar tornar as recompensas mais frequentes que as penas, sendo os preguiçosos mais incitados pelo desejo de recompensas como os diligentes que pelo receio dos castigos; por isso será muito proveitoso, quando o mestre for obrigado a usar de castigo, que ele ganhe, se puder, o coração da criança, antes de aplicar-lhe o castigo (FOUCAULT, 2014, p. 177).

O exame, com seus rituais, seus métodos, seus personagens e papéis, seus jogos de perguntas e respostas, seus sistemas de notas e de classificações forma um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. É um tipo de poder que compromete todo o campo do saber.

A escola se torna uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino. O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em

que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos. O exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. A escola se torna um local de elaboração da pedagogia. O exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder (FOUCAULT, 2014, p. 182 e p. 183).

Todavia, o poder não é formado apenas de termos negativos, como: excluir, reprimir, recalcar, censurar, abstrair, mascarar, esconder. O poder produz o indivíduo e o conhecimento, a realidade, os campos de objetos e os rituais da verdade. Constrói a nossa visão de mundo e orienta para a formulação de políticas públicas voltadas para a educação.

Percebe-se uma forma moderna e contemporânea de vigiar e punir o sujeito em formação, com justificativas e regras que demonstram a evolução das regras do direito. Isso aponta uma mudança na sensibilidade coletiva, um progresso do humanismo, o desenvolvimento das ciências humanas. A suavização punitiva é efeito das novas táticas de poder e mecanismos de vigilância e punição do sujeito em formação.

As Medidas socioeducativas⁴ são as novas formas de vigilância e punição do sujeito em formação, em caso de inobservância das regras a que estão condicionados. A lei vigente tem a influência de uma visão humanista, que exerce o controle e dá a direção para a punição do sujeito em formação.

Capítulo IV - Das Medidas socioeducativas - Seção I - Disposições Gerais.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;

4 Um exemplo é a LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde dão direitos e fala sobre as Medidas socioeducativas, que servem para disciplinar e adestrar o sujeito em formação (Vide anexo I).

V - inserção em regime de semiliberdade;
VI - internação em estabelecimento educacional;
VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.
(LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990)

Segundo Foucault, existem quatro regras gerais para a suavização punitiva. É a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se pode ver nas relações de poder e nas relações de objeto. A suavidade penal é uma técnica de poder.

1 - Tomar a punição como uma função social complexa. 2 - Adotar em relação aos castigos a perspectiva da tática política. 3 - Colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem. 4 - Verificar se esta entrada da alma no palco da justiça penal não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder (FOUCAULT, 2014, p. 27).

Uma das razões para a transformação dos métodos de vigilância e punição do sujeito foi a mudança do sistema econômico, o feudalismo, onde há um mercado de mão de obra servil, a moeda e a produção são pouco desenvolvidas e o corpo, o único bem acessível, é o objeto de correção do sujeito através de castigos corporais. Com o desenvolvimento de um novo sistema econômico, o industrial, no século XIX, há um mercado de mão de obra livre, os métodos de punição se modificam, passam a ter na detenção o fim corretivo. O corpo continua a ser o objeto a ser controlado e manipulado. Sua direção e finalidade definem o destino da sociedade. Existe uma tecnologia política do corpo, entendida como um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado para um fim, a manutenção do lucro do capital, associado à submissão a um poder estabelecido.

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de

poder e dominação. O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2014, p. 29).

Todo esse processo de controle refinado do corpo influencia as instituições educacionais. O sujeito em formação é direcionado para um fim específico, desde o início de sua formação. Já quando nasce é inserido em um contexto social que definirá o seu futuro, pois estabelecerá os limites de acesso aos meios de educação e desenvolvimento.

Embora no Brasil a educação seja um direito de todos os cidadãos, universal, garantida pelo Estado, que passa pelo ensino infantil, fundamental, médio, médio/técnico, técnico, faculdade e pós-graduações, na prática é de fácil acesso a todos os cidadãos brasileiros. Existe uma parcela da sociedade que vive à margem do sistema econômico vigente, está excluída do processo educacional, impossibilitada do autodesenvolvimento. Tal exclusão se dá através de uma estratégia de dominação com manobras, táticas, técnicas e funcionamentos através de uma rede de relações para a manutenção de privilégios de uma classe dominante.

Temos antes que admitir que o poder produz saber; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 2014, p. 31).

Existe uma tecnologia do poder sobre o corpo, que é uma tecnologia do poder sobre a alma, ministrada por educadores, pedagogos, psicólogos inseridos nas instituições de ensino. Não há o objetivo de formar o sujeito para a autonomia e liberdade, mas para ser obediente e dócil. Tais objetivos visam atingir um grau de conhecimento que torne o sujeito útil à sociedade, com o fim de trabalhar e produzir lucro para o capital e manutenção do sistema de poder, legitimado pelo saber.

CAPÍTULO II

2 Educação e Disciplina à Luz da Microfísica do Poder

2.1 O Governo da Infância e Adolescência

Pretendemos aqui abordar com mais especificidade os assuntos do aluno do ensino fundamental e do ensino médio. Faz-se necessário abordar os aspectos de sua infância e adolescência, uma existência atravessada por processos de acumulação de saberes sobre o corpo, o desenvolvimento, as capacidades, as vontades, as tendências, as brincadeiras, as fragilidades, as vulnerabilidades, os instintos, as paixões e as potências, onde se realizam práticas discursivas e não discursivas de saberes que confirmam os mecanismos de poder.

A invenção do sujeito infantil é um modo de construção da infância e adolescência, que passa pelo modelo disciplinar e de mecanismos institucionais que governam a infância em nossa sociedade. Esses mecanismos, tais como as escolas, regulam, dirigem, controlam, ensinam, normalizam, disciplinam, punem, castigam, curam, educam, fazem viver e deixam morrer.

A máquina que governa é descrita nos versos de Manuel de Barros⁵. Pensar a infância a partir de Foucault é entendê-la como uma construção histórica, categoria das ciências do homem e não

⁵ Vede a inspiração de Manuel de Barros:

A máquina
trabalha com secos e molhados
é ninfômona
agarra seus homens
vai a chás de caridade
ajuda os mais fracos a passarem fome
e dá às crianças o direito inalienável ao
sofrimento na forma e de acordo com
a lei e as possibilidades de cada uma
(Barros, 2010, p. 139-140).

como um desenvolvimento natural. A educação se dá na infância e adolescência, é a transformação do sujeito infantil nos homens do amanhã, na atualização de suas potencialidades. Com Foucault podemos pensar novas formas de transformação do sujeito infantil, novas potências infantis, outros modos de ser, desencadeados pela experiência, pelo acontecimento, pela singularidade, pelo devir. Vamos refletir sobre o sujeito infantil, a criança e o adolescente na escola e o que estamos fazendo dela em nosso tempo presente.

Segundo Acácio Augusto:

No século XXI a escola continua ocupando um lugar inquestionável. Quase todas as pessoas sabem o que é uma escola, pois viveram, por certo tempo de sua existência, uma experiência escolar. Passar pela escola, na vida de qualquer pessoa, é um fato quase natural. Depois da família, com seus castigos e zelos, a escola é o lugar privilegiado do governo das crianças e dos jovens. A cultura do castigo, que se exerce desde a mais tenra idade de uma criança, tem seu complemento e reforço decisivo na experiência escolar voltada para transformar crianças ardeiras em adultos ordeiros (AUGUSTO, 2015, p. 11).

Mesmo que se valorize a liberdade e a criatividade das crianças e jovens nas escolas, não se abre mão do governo dos corpos e das mentes, do homem a ser formado e formatado. Na sociedade do controle, a experiência escolar está estendida e é contínua. A escola se faz presente do nascimento à morte; nas empresas e nas universidades só se fala em formação continuada e avaliação contínua. A escola é muito mais que uma etapa necessária ao desenvolvimento da criança e do jovem, estabelecida pelos pais, sob o controle do Estado, para uma educação de conhecimentos regulada por pedagogos e psicólogos e ou psicopedagogos. A escola já não é apenas uma etapa a ser cumprida ou estágio a ser vencido para atingir a vida adulta como um indivíduo preparado e um cidadão, tornou-se um lugar familiar para toda a vida. Aprendem-se conhecimentos e obediências, a vida do bairro, das redondezas, da comunidade. Segundo Acácio Augusto, “*a escola passou a ser um lugar de convívio onde se estuda, se desfruta de lazer e se decidem coisas da vida entre os habitantes do local*” (AUGUSTO, 2015, p. 13).

Muitas vezes fala-se em reformar, modificar, tornar um lugar melhor a escola, mas jamais abolir em favor de uma experiência outra que os envolvidos podem descobrir ou inventar para educar crianças e jovens. Inúmeras propostas e experiências são sugeridas e criadas para tornar a escola mais humana, mais atrativa, mais eficiente. Mas nenhuma delas ousa tocar na continuidade da escola. Para Acácio Augusto:

O Estado não admite a educação de crianças pelos próprios pais, assim como regulamenta o funcionamento de todas as escolas. Estas se tornaram, sob rubrica educação, um monopólio de Estado, cuja procedência jurídica vem da Constituição de 1824, passando por várias revisões que levaram ao Ministério da Educação e Saúde no Estado Novo e às várias Leis de Diretrizes e Bases em 1961, 1971 e 1996. No texto tanto da Lei Federal mais recente (nº 9.394 de 1996) quanto de sua complementação (nº 12.061 de 2009), a educação é entendida como monopólio do Estado em suas atribuições de oferecimento de instituições específicas e de fiscalização em instituições particulares, e extensiva “ao mundo do trabalho e à prática social” (art. 1º, parágrafo segundo) (AUGUSTO, 2015, p. 13).

Nota-se na escola de hoje um lugar de disciplina, lugar para ensinar a obedecer às regras e seguir conhecimentos determinados por padrões curriculares nacionais. A organização das escolas, no Brasil, data do começo do século XX, de tradição jesuítica de ensino. A cadeia de comando passava da diretoria para o aluno, através de uma hierarquia formada por inspetores, professores e a autoridade reconhecida pelos próprios alunos, os quais zelavam pelas regras da escola. Os alunos sempre uniformizados e obedientes reproduziam o bom funcionamento da escola. O problema ocorria quando um aluno era indisciplinado, quando quebrava o circuito, burlava a boa apresentação do uniforme ou infringia as regras. O problema era imediatamente equacionado pelas autoridades da escola.

Essa indisciplina, que emergia como uma forma de resistência ao imperativo disciplinar, era, ao mesmo tempo, seu produto direto, para o qual a escola já tinha uma resposta imediata, sob a forma de punição direcionada, cujo objetivo era o de corrigir a anormalidade ou o desvio (AUGUSTO, 2015, p. 14).

Pode-se entender aqui que o produto direto da disciplina é a produção de um bom cidadão. Os alunos agressivos, indisciplinados e drogados são afastados do convívio dos outros alunos, que são preparados para serem cidadãos de bem e de bens. Utilizando a visão de Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, pode-se entender que a escola se restringia à função de disciplinar positivamente, um local para produzir indivíduos úteis economicamente e dóceis politicamente.

Mais recentemente, a escola tem se transformado para melhor atender aos alunos. Mas, apesar das novas técnicas de ensino e aprendizagem eliminarem os castigos físicos e morais aplicados às crianças e jovens para terem uma boa conduta escolar, a disciplina antiga deixou marcas nos corpos e na memória dos alunos da escola tradicional. Junta-se a isso:

A disposição espacial interna em salas de aula, ainda que com carteiras móveis e não mais necessariamente enfileiradas, continua semelhante à prisão, ao hospital ou a uma antiga fábrica, apesar das quadras, salas de projeção, auditórios coloridos, computadorizados e compartilhados (AUGUSTO, 2015, p. 16).

Alguns dos principais problemas de uma escola dizem respeito ao uso de drogas e o comportamento violento dos estudantes com autoridades de ensino e entre eles mesmos. Além disso, nota-se uma violência por parte da própria escola, com implicações moral, física, psicológica e afetiva sobre os corpos e mentes das crianças e jovens. Assim, não é possível afirmar que os atos de violência praticados entre os jovens, sejam apenas fruto de uma mente perturbada, uma família desestruturada ou uma perversão psíquica. Pode ser uma reação ao modelo de escola vigente, sua estrutura de poder, ou como vigia e pune os seus alunos.

O que evidencia essa realidade está na multiplicação de programas paráescolares, as ações extracurriculares, realizadas por ONGs, institutos e fundações. Esses programas são destinados à formação complementar e contínua de alunos, professores e funcionários, os quais operam segundo utopias de paz, tolerância, segurança e proteção, com o envolvimento dos pais, da comunidade em torno da escola, governos e sociedade civil em escolas estatais e privadas. Ou seja, abarcam governos, empresas, mídias, fundações,

institutos, corporações policiais, para salvar a comunidade das drogas e da violência. Tais esforços têm o objetivo de produzir um cidadão participativo, organizado, incluído, integrado e com compaixão cívica. O objetivo é:

[...] promover um ambiente escolar saudável e seguro, propício à socialização dos alunos, por meio da prevenção de conflitos, da valorização do papel pedagógico da equipe escolar e do estímulo à participação dos alunos e sua integração à escola e à comunidade [...] Reafirmando a escola como um espaço privilegiado para a construção da cidadania participativa e o pleno desenvolvimento humano (AUGUSTO, 2015, p. 17).

A disciplina ainda é importante na escola, passa por vários fluxos de controle, o que modifica a relação com as drogas e a violência. Há uma flexibilização das práticas disciplinares austeras e a democratização do acesso ao ensino. Os governos praticam ações de controle de conduta, como controle de si e dos outros, a educação está voltada para a cidadania, a formação do cidadão. O castigo e a disposição disciplinar dos corpos no espaço permanecem, só que agora administram-se os conflitos como prevenção à violência e há outra relação com as drogas lícitas e ilícitas. Passamos de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle:

Diferente do que se passava na sociedade disciplinar, o indisciplinado, na sociedade de controle, não se resume ao desajustado que deve ser corrigido pelo castigo ou expulso em favor da conduta correta e da observância das normas. A escola, com acessos e método democratizados, criou dispositivos de inclusão, absorvendo os antigos marginalizados (AUGUSTO, 2015, p. 20).

Os professores austeros de antes agora são gentis, amáveis, o castigo é um processo contínuo de avaliação para promover a adesão às condutas e a cumplicidade no exercício e produção das regras, pode evidenciar esse processo com a justiça restaurativa. Para se obter uma obediência escolar mais eficiente, a instituição busca envolver os alunos com a flexibilização da autoridade e assim expandir a centralidade dos controles. São os profissionais da Assistência Social, da Pedagogia, da Psicologia que estão

gerindo a escola através de regras administrativas, com novas maneiras de intervenções e tratamentos a favor da boa saúde e da boa educação, sem deixar de recorrer, quando necessário, à polícia comunitária e ao Conselho Tutelar. É a formação do capital configurado da criança:

O investimento estatal e familiar em saúde e educação, como maneira de fomentar o capital humano, toma como ponto de partida o elemento-chave, o capital configurado da criança, formado por elementos da educação familiar, formal e características hereditárias: A formação do capital configurado na criança pelo lar, pelo marido e pela mulher começaria com a educação dos filhos e prosseguiria ao longo de sua educação por todo período da infância (SCHULTZ, 1973, p. 9).

O aluno está livre de antigos castigos disciplinares, hoje ele avalia racionalmente que cometer uma indisciplina lhe é desfavorável. A punição já não parte de uma autoridade superior, mas de um futuro no qual a vida de um indisciplinado, seja a vida de um perdedor. É uma relação de perdas e ganhos que o aluno leva para a sua vida adulta, com a referência de uma conduta de sucesso. Assim a escola amplia seu raio de controle para dentro e para fora, ela administra seu interior, sua comunidade e o bairro, a vida de um aluno começa em torno de uma escola e transcende para a sociedade na fase adulta. Já não se expurga o aluno indisciplinado do sistema de ensino, do convívio escolar, a atual política educacional está voltada para manter os indisciplinados próximos, à vista, monitorados, dentro do espaço escolar de convivência comunitária. Assim se tornam mais comuns sistemas de aprovação continuada e a convocação à participação dos alunos para a produção de regras escolares. O que parece dar impulso à liberdade tem sentido de ampliação do controle.

A partir de uma reflexão sobre as pesquisas de Foucault, podemos entender que os múltiplos segmentos e formas de governo têm o objetivo de assegurar o equilíbrio social pela eficácia da normalidade. É a era da governamentalidade, a existência humana, individual ou coletiva, é um objeto de comando, de ordenação, de alinhavo, de controle, de saberes, de gestão, de medida e cálculo, de organização e de aperfeiçoamento das funções preestabelecidas pelos dispositivos de governo. As formas de governo são: como

governar crianças, pobres, pedintes, família, casa, exércitos, diferentes grupos, cidades, estados, o próprio corpo, a própria mente. Governar o homem não é apenas um problema jurídico, do direito e do domínio soberano do Estado. A arte de governar reúne, ordena, classifica, distribui, utiliza e produz as forças associativas e excludentes do papel e finalidade de cada homem. Assim começa no governo da infância, que foi criada como objeto de análise, de classificação e de diferenciação. Corrigir, educar, controlar, medicalizar a criança é evitar o descaminho do adulto virtual que há na criança. A infância é a derivação de uma equação associada ao projeto de uma tecnologia da população:

[...] estimativas demográficas, cálculo de pirâmide das idades, diferentes expectativas de vida, taxas de morbidade, estudo do papel que desempenha, um para o outro, o crescimento das riquezas e o da população, diversos estímulos ao casamento e à natalidade, desenvolvimento da educação e a formação profissional (FOUCAULT, 1994b, p. 18).

Para Foucault, quando alguém conduz a conduta de outro(s) ou de si mesmo, o que está a fazer é o exercício do governo sobre esse outro ou sobre si mesmo. É a ação do chefe (governador), que exerce pela sua autoridade o poder sobre os outros (governados), é uma ação de mando, dominação, administração de uns sobre os outros. É o governmento, condução das condutas de uns sobre os outros ou sobre si mesmo. A reflexão vem da tradição greco-romana, tanto a macropolítica como a micropolítica, onde um governante só governa bem o seu povo se souber governar a si mesmo e governar sua família. Para Foucault, a governamentalidade pode ser entendida como:

[...] devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Somos governados pelos outros e por nós mesmos na atualidade, é uma rede de poderes sustentada pelo poder soberano, poder disciplinar, e a gestão que o Estado exerce sobre nós. É algo que

impacta a educação e a infância de um cidadão contemporâneo. Para Foucault a metáfora da rede de poder se manifesta da seguinte forma:

[...] o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte e consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos; passa por eles (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Podemos compreender que a educação é um objeto de estudo sobre o governmentamento, por ser um conjunto de ações nas quais uns conduzem os outros. Podemos fazer lembrar a reflexão de Hannah Arendt, que conceitua a educação como diferentes manifestações, nas mais diferentes culturas e em seus respectivos momentos históricos. Para Alfredo Veiga Neto, a educação pode ser entendida como:

A ação pela qual uns (que partilham uma mesma cultura) conduzem os outros (que se situam fora dessa cultura) - esses outros são aqueles que ainda não estavam aí, os recém-chegados: os estrangeiros, anormais, estranhos e, no nosso caso aqui em discussão, as crianças (VEIGA NETO, 2015, p. 54).

Governar a infância é uma forma de inclusão social, aqueles que não faziam parte de nossa cultura passam a fazer parte dela. A criança é educada para ser colocada no interior de um grupo social. Assim devemos questionar de que maneira se governa hoje a infância, para onde essas formas de governmentamento a estão levando? Que tipo de sociedade futura está sendo gestada nas famílias, nas escolas e nos espaços sociais mais abertos? Seria o governo da infância um mecanismo de individuação e liberdade ou uma extensão do controle das mentes e corpos, tal como pergunta Foucault?

2.2 Os Dispositivos Disciplinares da Governamentalidade e a Biopolítica

O corpo das crianças nas escolas é submetido a um adestramento disciplinar, para fabricar um corpo produtivo, uma máquina de produção de riquezas, uma fonte de trabalho. Os

dispositivos disciplinares esquadrinham, distribuem o corpo, que é tratado como objeto de intervenção dos dispositivos de poder governamental. “*A população vai ser o objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida*” (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

A governamentabilidade é exercida em rede, indivíduos que circulam, em posição de serem submetidos ao poder. Poder esse que não emana apenas de uma instituição, do Estado ideal e jurídico, mas “*o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises, reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica de poder que tem como alvo principal a população*” (FOUCAULT, 2008a, p. 143). As instituições como a família, escola, hospital, universidade produzem um discurso que é entendido como verdadeiro, servem de base para a formulação de políticas públicas e interferem na maneira como os jovens são educados.

O entendimento de que a criança e o jovem devem ser cuidados e educados por instituições educacionais autorizadas pelo Estado é recente na história da humanidade. Só a partir do séc. XVIII, com a reconfiguração social da família, “*a infância foi eleita como uma etapa específica e fundamental do desenvolvimento humano, demarcada por técnicas e aparatos educacionais específicos*” (SILVEIRA, 2015, p. 60). A família é uma célula social responsável por garantir cuidados especiais, e a escola é a instituição de socialização e preparação da criança para a vida adulta. Esse processo, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu um conjunto de saberes sobre o desenvolvimento infantil, formulados pelas disciplinas emergentes como a psicologia, a sociologia e a assistência social. Um grande objeto de discussão foi sobre as famílias pobres, que não têm condições materiais de garantir pleno desenvolvimento humano de suas crianças, o que suscitou uma questão: Como lidar com a infância pobre? A criança, o jovem e a família pobre tornam-se objetos de saber do governo, cria-se um aparato institucional em torno dessas famílias para fiscalizar e intervir. Políticas públicas são concebidas para as famílias mais pobres da sociedade, um novo campo da governamentabilidade é constituído.

No Brasil, até o final do século XIX as crianças de famílias pobres em situação de abandono circunstancial ou voluntário

eram encaminhadas para instituições religiosas como os orfanatos. As crianças eram educadas, profissionalizadas e se inseriam nas posições mais baixas do mercado de trabalho. Havia uma disciplina rígida com o objetivo de transformar o sujeito em um adulto capaz de produzir. Já no século XX, a partir da década de 1940 o Estado cria o SAM - Serviço de Assistência ao Menor, que fiscaliza e financia a rede de instituições que cuidavam das crianças e dos jovens. Em meados da década de 1960, há uma mudança e altera-se a política do Estado, assim surge a FUNABEM - Fundo Nacional do Bem-Estar do Menor, com objetivo de consolidar e coordenar uma política pública de abrangência nacional. E depois surge o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (atualizado até a Lei nº 12.796/2013, de 04 de abril de 2013). Percebe-se que as instituições de políticas públicas voltadas para a infância pobre no Brasil são novas, produzem saberes científicos sobre o público-alvo, que buscam compreender a delinquência, o abandono de crianças, os comportamentos dos menores e das famílias.

Esses estudos apontam que em torno da categoria menor e da noção de minoridade constituiu-se todo um regime tutelar composto por dispositivos de saber e intervenção, voltado para o controle disciplinar de crianças e jovens identificados como um problema governamental, seja por estarem em situação de abandono, seja por representarem um risco para o bem-estar da sociedade. O Estatuto tem como fundamento primeiro o paradigma da proteção integral, o que significa que a criança e o adolescente são considerados sujeitos de direitos que devem ser garantidos, primeiramente, pelas famílias e, quando essas não cumprem com suas obrigações, pela sociedade e pelo governo (SILVEIRA, 2015, p. 62 e 63).

FUNDAÇÃO CASA/SP - A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, anteriormente conhecida FEBEM - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor, é uma autarquia criada pelo Governo do Estado de São Paulo/Brasil, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, que executa as medidas socioeducativas, orientações pedagógicas e avaliações psicológicas designadas pelo Poder Judiciário com vistas a promover mudanças e transformações do jovem infrator com idade de 12 a 18 anos incompletos, onde podem cumprir reclusão

até no máximo a idade de 21 anos completos, conforme determina o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Aí utilizam-se técnicas de contenção física e confinamento disciplinar. A instituição assume uma forma de escola-presídio, a partir da arquitetura gera-se uma tensão entre vigiar e educar o jovem infrator.

[...] a partir de critérios conhecidos tendo como referência as diretrizes do novo Estatuto. Apesar de novas instituições possuírem espaços mais amplos e dependências voltadas para as atividades de educação e lazer, o projeto arquitetônico reproduzia uma forma de ordenação do espaço institucional que buscava maximizar os pontos de observação e vigilância, permitindo um acompanhamento e controle constante da movimentação dos internos no interior das unidades (SILVEIRA, 2015, p. 68 e 69).

Há uma intensa produção de saber científico ao se pesquisar os jovens envolvidos com a criminalidade, sua relação com a família e a sociedade. Grande parte desses jovens é oriunda de famílias de baixa renda, que estão localizadas nas periferias das grandes cidades brasileiras. Onde suas famílias vivem uma dura realidade presente na sociedade brasileira, sofrem abuso sexual, prostituição, violência, roubo, uso de drogas, alcoolismo, brigas e desentendimentos matrimoniais, conflitos com vizinhos, ameaças promovidas pelo crime organizado, trabalho infantil e desemprego. Isso representa um elevado risco e vulnerabilidade do jovem ser atraído para o mundo do crime, fazendo, assim, existir uma dinâmica social que alimenta todo o sistema penitenciário do Brasil. Embora haja uma política de reeducação e sociabilização do jovem infrator, na maioria das vezes, ao se tornar adulto, passa a viver no mundo do crime, por entender como o único horizonte existencial para sua vida.

O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, protege os direitos humanos universais, a educação, saúde de qualidade, alimentação adequada, bem-estar social e psicológico, convivência familiar e comunitária. Proíbe o trabalho infantil, a exploração e violação sexual de crianças e adolescentes. Este é um exemplo de como se constituem a partir das reflexões de Foucault a biopolítica e as formas modernas de governamentalidade presentes na sociedade brasileira, com vistas a se obter um bem-estar social.

O poder público procura intervir na medida do necessário, quando os direitos humanos e as garantias fundamentais do ECA estiverem sob ameaça. É a família negligente que sofre intervenção, quando o jovem está em situação de vulnerabilidade. A ênfase é a reintegração da criança ou jovem na sociedade, maximizando os benefícios e minimizando os malefícios da intervenção.

Percebe-se que está instaurada a cultura da intervenção especializada através do internamento, da vigilância e punição, produzido por um discurso e dispositivos de saber e de poder emanados pelo Estado e legitimado pela sociedade, com a proposta de reintegração familiar e comunitária do jovem infrator. Só que não são atacadas as causas do problema que formam o jovem infrator, apenas os efeitos do problema são atacados. O meio que circunda o jovem infrator continua desestruturado, oferece escassas oportunidades, sua família vive inúmeras dificuldades e o horizonte imediato é o mundo do crime, que pode em um curto espaço de tempo trazer elevado retorno financeiro. A solução do problema vai além do acompanhamento psicológico, das medidas socioeducativas, do internamento, da vigilância e da punição. A sociedade precisa construir políticas de assistência social voltadas para as famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade, as quais o Estado comprometeu com a justiça e o bem-estar social é responsável por implementar. O jovem infrator é na maioria das vezes fruto da parcela da sociedade desestruturada, que mora em comunidades carentes, em casas precárias e minúsculas, sem banheiro, sem água encanada, sem esgoto, rua pavimentada, rede elétrica, transporte público etc.

Percebe-se no Brasil que o governo tem dificuldade de ordenar e sistematizar os saberes para formular políticas públicas, que ocorrem sem organização e de forma anárquica no país. Existe uma grande diferença entre a teoria e a prática da concepção de projetos e políticas públicas voltadas para a rede de atendimento e proteção social da família brasileira. Nos últimos anos, o governo brasileiro através da especialização de dispositivos de saber e poder, com referência a um conjunto de metas e índices que orientam a concepção e a aplicação de políticas públicas vem melhorando a sua governamentalidade.

A concepção de indicadores para avaliação da eficácia dos dispositivos de governo permite calcular com precisão estatística o impacto das políticas

públicas na população em questão. Os relatórios oferecem dados estatísticos detalhados sobre uma diversidade de fenômenos populacionais como a mortalidade infantil, a violência sexual, a atenção à saúde, o acesso aos serviços de educação e outros tantos dados associados ao campo de proteção contra a violação dos direitos humanos da criança e do adolescente no Brasil. Esses documentos não só disponibilizam os dados gerados pelas agências de Estatística, como também distribuem e sistematizam essas informações conforme um conjunto de variáveis como renda, gênero, idade e origem social, entre outras (SILVEIRA, 2015, p. 75).

O governo brasileiro instituiu em 1997 o SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescente, que possibilitou a realização do Plano Nacional da Política de Direitos Humanos, um sistema nacional de registros de informações para a promoção, defesa dos direitos das diretrizes pedagógicas e administrativas do ECA. Fortalecendo assim a atuação dos Conselhos Tutelares na sociedade e nas instituições de ensino educacional. *“Os mecanismos foram criados para esquadriar a população-alvo das políticas públicas e os fenômenos coletivos. A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população no sentido lato, o que se chama precisamente de economia”* (FOUCAULT, 2008, p. 140).

Através de um aparato tecnológico composto por índices estatísticos, metas, compromissos, diretrizes e sistemas de informação; o Estado brasileiro constituiu uma nova economia da intervenção por novos dispositivos de saber e poder. Um Estado de direito governado e pautado pela ação no âmbito da lei que não pode agir senão no âmbito da lei. A nova tecnologia governamental influenciou a sociedade civil organizada a exercer uma função reguladora, executiva e também parcerias com os organismos internacionais.

No que diz respeito às crianças e aos adolescentes infratores, a nova tecnologia governamental tem como objetivo a reintegração desses jovens à sociedade, ao padronizar e normalizar seus comportamentos através de mecanismos de vigilância e punição. Mas o que é a reintegração? O que é padronização e normalização de um comportamento? Segundo o Regimento Interno de

Internação e de Semiliberdade da Fundação Casa-SP, Capítulo I, das Disposições Gerais, Seção I, Do Objetivo e Princípios do Atendimento Socioceducativo, Artigo 3º, são princípios do atendimento socioceducativo ao adolescente: Inciso X- fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioceducativo.

Mas será que somente o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários das crianças e jovens infratores é capaz de reintegrar, padronizar e normalizar um comportamento? Como um comportamento infrator pode ser mudado, se o mesmo tem origem em suas famílias e comunidades desestruturadas? Assim, percebe-se, que o problema é muito mais amplo, não está restrito a jovem criança e adolescente, mas a um contexto social, que marginaliza uma parcela da sociedade, impondo-a uma precária condição de existência. Essa comunidade marginal produz como consequência a jovem criança e adolescente infratora do futuro. Se a sociedade organizada quiser resolver o problema, tem que atacar a causa e não a consequência, ou seja, promover a inclusão social da sociedade marginal, com educação, renda, moradia e oportunidades de desenvolvimento. O princípio de tudo está na família que influencia a sociedade, e a solução do problema está no fortalecimento das condições de existência das famílias, tornando-as capazes de melhor conviver com seus filhos, o que posteriormente iria refletir na sociedade. Além disso, as questões ligadas ao emprego, cultura e violência, não podem deixar de ser consideradas.

O poder a ser realizado pela educação e disciplina na jovem criança e adolescente deve ser discutido e questionado, pois quais são os reais resultados alcançados?

O poder não pode ser reduzido a um exercício hierárquico de funcionalidade descendente, ordenado de forma jurídica, normativa, regrada, em que bastaria uma mudança de conteúdo em seus exercícios para propiciar seu futuro rompimento e superação para renomear o soberano. Na sociedade disciplinar, toda relação de poder é política e se produz de cima para baixo e de baixo para cima compondo uma rede. O poder não é privilégio no aparelho de Estado, nem se restringe aos preceitos da soberania, mas se exerce como situação estratégica (PASSETTI, 2015, p. 87).

Cabe ao Estado promover políticas públicas com o objetivo de se ter uma justiça social, um modelo de sociedade que venha erradicar a miséria, com segurança alimentar, meio ambiente sustentável, garantia de direitos, segundo projetos e programas de curto, médio e longo prazo. A noção de um Estado-nação soberano, autônomo e independente, com leis e forma de vida própria não é possível no mundo globalizado.

Opera-se um deslocamento no exercício da soberania que não se pauta mais na presença autônoma e segura do Estado-nação com apoios irrestritos de potências internacionais. Orquestra-se, agora, um exercício de soberanias nacionais segundo prescrições, recomendações, indicações e sugestões elaboradas em fóruns, encontros, simpósios, reuniões internacionais que aparecem sob a chancela da ONU. E, dentre elas, a principal reforma do capitalismo em escala planetária por meio do desenvolvimento sustentável. Todos devem colaborar com o futuro do planeta e das gerações, e para tal são convocados (PASSETTI, 2015, p. 99).

Os dispositivos disciplinares da governamentabilidade e a biopolítica já não são aplicados somente pelo Estado-nação, mas também por instituições internacionais, que influenciam as políticas públicas dos países. É o efeito da globalização política e econômica dos países de primeiro mundo, que tem como objetivo expandir a democracia e o neoliberalismo no mundo ocidental, ou seja, a sua forma de ver o mundo e existir. Cabe a cada país encontrar um ponto de equilíbrio, capaz de manter sua autonomia para se autodeterminar. A educação é um ponto sensível de importância relevante que forma a sociedade do futuro, deve ser tratada com prioridade pelo Estado. É pela educação que o país consegue formar uma sociedade capaz de viver de forma livre para escolha do seu próprio futuro. Deve-se questionar o discurso e a abordagem dada à criança e ao jovem, como:

De acordo com uma nova abordagem para a criança, o jovem e a família pobre convertem-se em tema internacional a partir da década de 1970, instaurado pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A pobreza como eixo analítico emerge em confronto com uma subjetividade presente na prática judiciária que associa os pobres com perigo de delinquência (PASSETTI, 2015, p. 105).

O que existe de concreto no Brasil é a LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, que em seu Art. 1º dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. É uma forma discursiva com um conjunto de regras, determinadas no tempo e no espaço, definidas a partir de uma época dada para a área social. A condição da criança e do adolescente, no Estado de Direito, é julgada e aprisionada em formações discursivas do que se define como justiça. “O Conselho Tutelar, órgão não judiciário, pauta as suas práticas na lei, que tem como perspectiva o julgamento e a punição, ou seja, a prática judiciária” (Estela, 2015, p. 108). Conforme o Art. 131 do ECA. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nessa Lei. Fica uma pergunta: como é possível uma autonomia regrada? Como se materializa o direito com liberdade? Vivemos o Estado de Direito que é legalista e pelo discurso quer normatizar a forma de vida das pessoas, e chamar de normal o comportamento da sociedade.

2.3 O Governo da Infância e a UNESCO

A gestão governamentalizada de crianças e adolescentes realizada no Brasil tem forte influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). As formas como as crianças e adolescentes se relacionam com a comunidade e as famílias são tratadas como capital social.

Está na agenda da UNESCO realizar uma participação social no país em que atua através de uma ferramenta da economia política. Muitas vezes ultrapassam-se os limites da soberania do país na implementação de políticas públicas, pois em grande parte das vezes o país está sujeito a uma cartilha externa, sem a participação popular. Percebe-se uma finalidade da UNESCO com características utilitaristas em prol da economia e do empresariamento do social pelo manejo do ativismo político de base comunitária.

A UNESCO tem efetivado um conjunto de intervenções neoliberais que capitalizam as relações sociais e visam a promover a coesão social instrumentalizada pela ética utilitarista e liberal de um Estado e de uma sociedade governamentalizados. A noção de sociedade civil organizada, do campo da Filosofia Política e de

uma vertente jurídica de soberania, se tornou mercadoria e vetor de lucro, ou melhor, de economia política tanto para produzir capital e fazê-lo funcionar quanto para apaziguar tensões sociais de diversas ordens (LEMOS, 2015, p. 115).

O exemplo dessa prática está na atuação do voluntariado e do terceiro setor, que pela ação social busca promover a cidadania para as classes menos favorecidas através de práticas filantrópicas e/ou caridosas, combatendo a pobreza, insegurança, miséria etc. Substituindo a ausência do Estado nas regiões de maior carência social do país. Com esse cenário, a governamentalidade social da população da nação passa a ser realizada por um país estrangeiro, com interesses que podem divergir dos interesses nacionalistas do país. Nesse sentido, a UNESCO funciona mais como um dispositivo de poder, do que como um lugar de autonomia dos indivíduos.

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber e economia política, e por instrumentos técnicos essenciais, os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 1979, p. 291-292).

A partir da 2ª Guerra Mundial, o que prevaleceu no Ocidente foram as políticas econômicas liberais como estilo de vida. E em alguns Estados que optaram por políticas de justiça social foram adotadas medidas compensatórias para melhor gerir o risco/perigo de uma convulsão social, o exemplo foi a implantação do estado de bem-estar social nos principais países da Europa. A conquista social está em risco com a nova onda do neoliberalismo no início do século XXI, por conta do valor do livre mercado, definido sem barreiras e sem fronteiras, sem respeitar a soberania dos Estados.

As instituições republicanas dos países periféricos da América Latina muitas vezes estão comprometidas com os interesses das grandes potências do primeiro mundo, e a forma visível de se perceber essa realidade são as políticas educacionais desses países, que estão modeladas a partir de valores, conceitos e diretrizes eurocêtricas. Os países da América Latina não buscam desenvolver um caminho próprio, uma forma de pensar a sua própria realidade, com maior autonomia e identidade cultural de sua população.

O liberalismo passou a ser uma maneira de viver e governar condutas e não apenas uma gestão estatal da vida na biopolítica⁶ e dos corpos para a utilidade e a docilidade com a disciplina. A força de uma nação tem sido medida pela saúde de seus membros, pela educação, pelo modo de cuidar da infância, de gerir a família, de higienizar a cidade, de fazer os bens e o trabalho circular de maneira segura e com rapidez (LEMOS, 2015, p. 118).

A ONU e suas agências aliaram-se ao modelo capitalista e liberal que defendem interesse de seus países membros segundo a racionalidade política e econômica como maneira de viver, governar os corpos e populações, territórios e circulações de bens, de vida e morte. A UNESCO tem como missão construir um projeto de educação para a paz e segurança mundial. Ela administra as relações internacionais através de sua atuação filantrópica, por organismos multilaterais. A UNESCO está vinculada ao Ministério da Educação, da Saúde, da Cultura, da Ciência de Tecnologia, do Turismo, das Cidades, do Meio Ambiente, da Pesca, do Trabalho e da Justiça, onde atua em vários contextos da realidade brasileira. Interfere no país através de acordos com outros países e bancos, ONGs internacionais e empresas nacionais. Segundo Lemos, a UNESCO “*faz convênios e articula interesses com bancos internacionais e nacionais, mídias, de sorte a promover a difusão de suas propostas*”.

A analítica do poder de Foucault nos auxilia a interrogar como a UNESCO constrói a noção de capital social, para capturar economicamente o lucro do uso da participação social a favor de uma política de docilização e submissão

6 Biopolítica é o termo utilizado por Foucault para designar a forma na qual o poder tende a se modificar no final do século XIX e início do século XX. As práticas disciplinares utilizadas antes visavam governar o indivíduo. A biopolítica tem como alvo o conjunto dos indivíduos, a população. A biopolítica é a prática de biopoderes locais. No biopoder, a população é tanto alvo como instrumento em uma relação de poder. “Os instrumentos que o governo se dará para obter esses fins [atendimento às necessidades e aos desejos da população] que são, de algum modo, imanentes ao campo da população, serão essencialmente a população sobre a qual ele age”. Biopoder é uma tecnologia de poder, um modo de exercer várias técnicas em uma única tecnologia. Ele permite o controle de populações inteiras. Em uma era onde o poder deve ser justificado racionalmente, o biopoder é utilizado pela ênfase na proteção de vida, na regulação do corpo, na proteção de outras tecnologias. Os biopoderes se ocuparão então da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, dos costumes etc., na medida em que essas se tornaram preocupações políticas (Foucault, 1978, p. 277-293).

das comunidades a uma lógica neoliberal e de segurança (LEMOS, 2015, p. 121).

A defesa da criança e do adolescente é um grande investimento da ordem internacional neoliberal, para garantir a segurança e a paz. A gestão da população pela regulação da lei garante o investimento do poder econômico conforme a realidade de cada comunidade. A educação de zero ano em diante é vista como investimento no governo da infância. É a linha de pensamento da UNESCO difundida no Brasil, prescreve-se a prevenção da cultura de paz nas escolas e projetos sociais voltados às crianças e jovens pobres. O futuro de uma criança e de um adolescente está no futuro, durante sua educação e formação o jovem aprende na escola, nos primeiros anos de vida, a serem produtivos, dóceis, obedientes, submissos em tudo que fazem, pensam, sentem e vivem.

2.4 Políticas Sociais para a Infância e Adolescência em Tempos Neoliberais

Em geral, as crianças e adolescentes são vistas como alvos e objetos pelos projetos educativos e sociais, que visam produzir mudanças e transformações na sociedade. Segundo o pensamento de Walter Kohan, “*a infância simboliza um rito de passagem entre o que somos enquanto seres jogados no mundo e o que fazemos com esses seres jogados no mundo*” (KORAN, 2007, p. 112). Assim devemos perguntar o que fazemos com as crianças, enquanto seres jogados no mundo?

As crianças e adolescentes são seres que sofrem interferência direta da família e indireta da sociedade em seu período de formação, são tratadas como objetos e estão submetidas a relações de poder conforme denominado por Michel Foucault nas práticas de governamento. A governança ocorre por dispositivos jurídicos, econômicos, educacionais e sociais presentes na sociedade. Um forte exemplo é o Programa Família Brasileira Fortalecida (FBF), recomendado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), comprometido com as metas estabelecidas pela ONU para o terceiro milênio (Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 189 estados membros no dia 8 de setembro de 2000), desenvolvido em parceria com as Secretarias Estaduais

e Municipais de Educação, em regime de cooperação técnica. Nos anos de 2005 e 2006, foram implementados projetos em três estados e um município do Brasil, Ceará, Paraíba, Piauí e no município de Manaus. Trata-se de um modo de governmentação da infância e adolescência por organismos supranacionais, de entes públicos de várias instâncias e níveis, do mercado, da sociedade civil, que não leva em conta a soberania de um país. Envolve a autorização legítima para a utilização de dispositivos de segurança, biopolítica, e controle de risco do capital humano.

Portanto, o eixo orientador desta análise são os modos pelos quais as crianças e suas famílias são posicionadas como alvos do governmentação, no sentido de conduzir-lhes a conduta, para enfatizar que tais práticas correspondem temporariamente a determinadas matrizes de inteligibilidade que se transformam para atender a interesses mutáveis de poder, que se caracterizam por uma permanente recomposição (BUJES, 2015, p. 260).

O Brasil como um país periférico, e uma potência regional na América Latina deve questionar as formas e os conteúdos dos programas educacionais importados dos órgãos parastatais, avaliar se esses programas educacionais atendem às necessidades de autoafirmação, autonomia e liberdade democrática de sua população. As políticas de educação da infância e adolescência são estratégicas para a definição do futuro de um país. As transformações sociais a partir do pós-guerra têm alcançado diretamente as crianças e os adolescentes, o que conseqüentemente tem transformado a sociedade. O campo da infância e da adolescência no Brasil deve ser ressignificado, sobretudo as relações e formas de exercício do poder. Até onde os valores neoliberais devem integrar a formação educacional da criança e do adolescente no Brasil? Os modelos econômicos passam, mas o sujeito humano continua, está vivo e demanda por novas necessidades, como o equilíbrio, a sustentabilidade, a longevidade, a qualidade de vida, o bem-estar.

As comunidades, para sobreviverem aos desafios da contemporaneidade no Brasil, têm atuado de forma coletiva e suportado pacificamente as diferenças étnicas, sociais, culturais, religiosas, políticas, econômicas etc. Não podemos esquecer que a relação entre a infância e a educação tem objetivos biopolíticos por parte da classe dominante. As famílias das crianças e adolescentes

são importantes alvos de estratégias que visam governá-las, dizer como investir na capacitação de seus filhos, adequá-las às configurações dominantes das sociedades do presente. É a governamentabilidade neoliberal do capital humano. *“Uma classe particular de capital humano, consistente do capital configurado na criança possa ser a chave de uma teoria econômica da população”* (COSTA, 2009, p. 172).

Por dispositivos disciplinares e o biopoder do corpo individual das crianças e adolescentes criou-se o corpo-máquina adestrado, dócil e útil. A conduta individual é governada, o que possibilita a gestão calculada da vida das populações. Assim são traçadas as estratégias de governamentabilidade da população, com vistas a incentivar a vida e suprimir o que é perigoso. A questão é saber o que é perigoso?

As Metas do Milênio 2030⁷ envolvem países como Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria, e Paquistão, com extensas ações no campo da educação. São os países mais populosos e representam 60% da população mundial, dois terços dos adultos analfabetos e mais da metade das crianças fora da escola. Em função do tamanho da população, estes países representam um risco de desordem social e econômica. “Colocam sob ameaça o projeto de constituição de uma população adulta viável previamente preparada para as formas de governo centradas na gestão do trabalho, da família, da saúde” (CÉSAR, DUARTE, 2009, p. 125). Suas populações escapam do aparato estatal, médico e pedagógico, pela via da escola, que forjou o cidadão moderno, medianamente instruído, moralizado e submetido às medidas higiênicas, alimentares, de controle da saúde que moldaram e vieram a compor as massas populacionais dos países vistos como desenvolvidos. Somos vistos como um país em desenvolvimento porque a nossa população, em sua maioria, está marginalizada dos padrões de desenvolvimento educacional dos países de primeiro mundo, que na sua totalidade são propagadores de políticas econômicas neoliberais, fomentadoras de enormes injustiças e desigualdades socioeconômicas.

⁷ As Metas do Milênio 2030 é um documento que consolidou várias metas estabelecidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos, que devem ser adotadas pelos estados membros das Nações Unidas. Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

2.5 A Educação e a Escola como Produção de Sujeitos Capazes de Incluir

O Brasil por opção tem adotado uma política econômica neoliberal, onde os processos de ensino/aprendizagem estão voltados para o mercado de trabalho. Existe um interesse do Estado na forma com a qual a população é educada e preparada para atender as expectativas do modelo econômico vigente. Por dispositivos de vigilância e punição, constroem-se mecanismos de segurança que educam e governam a população conforme os interesses do mercado neoliberal.

Para Lopes e Dal'Igna (LOPES, 2012, p. 854), “*nesse contexto o mercado se tornará um dos objetivos privilegiados para a prática governamental, um quadro de referência para analisar as formas de governo, um lugar de verdade*”. O Estado de governo liberal está associado ao mercado, e possui como ação de governo a liberdade econômica, o livre mercado. Com o neoliberalismo, a regulação do livre mercado é regida pela concorrência e pela competição, as relações sociais são reguladas pela lógica de mercado. Ou seja, a população passa a ser educada para a concorrência e competição com pouca ênfase dos valores de coletividade, como a colaboração, o compartilhamento, o cooperativismo, dificultando a construção de uma prática voltada para o bem-estar social. Existe uma racionalidade econômica que age sobre os indivíduos e a coletividade.

Há uma capilarização do poder por toda a sociedade que se manifesta nas relações sociais e age diretamente sobre o corpo. Seja na forma discursiva de uma determinada classe, na forma de se movimentar, nos caminhos e espaços que ocupa, nos sonhos e ideais que projeta, na forma de existir e ser. O ponto de partida é a educação a que se tem acesso. Ou seja, o que define a inclusão de um sujeito a uma determinada classe social está diretamente ligado à forma como esse sujeito foi educado, por onde passou, por onde vive e se faz presente.

Por isso, o Estado investe em mecanismos de controle, estratégias e técnicas para o cuidado, a educação, a regulação e a segurança de todos. Todos estão submetidos ao Estado e ao

mercado. A estratégia para atender a essa demanda foi a criação de um Estado que promova a bem-estar social. Os excluídos, os marginalizados, os pobres, as pessoas com deficiência, os negros, as mulheres, entre outros discriminados historicamente, passaram a ser contemplados por políticas de assistência social, para sobreviverem à nova forma de ser do capitalismo, que produz e regula comportamentos individuais e coletivos, ou seja, o capitalismo financeiro ou acionário que tem como princípio a especulação, o endividamento e a rentabilidade.

O sistema econômico vigente produz cada vez mais instabilidade e necessidades. São exigidas novas formas de governar o conjunto da população. O sujeito que não tem certo desempenho na escola torna-se marginalizado na sociedade, pois sua força de trabalho é nula para o sistema econômico. O Estado aplica novas técnicas disciplinares nas práticas de educação e governmentação. As disciplinas fazem parte de um sistema mais complexo com vistas a proporcionar maior produtividade em um ritmo acelerado de vida. Os alunos na classe de aula são classificados de acordo com suas capacidades. A escola conduz indivíduos de uma população por práticas que atendem os interesses do governo, são normais os alunos que atendem o modelo econômico assimilado pelo Estado, que se interessa pelas vidas dos governados e os administra. Com o objetivo de manter e tornar preservada a vida das pessoas que lhe interessa, o Estado adota hábitos de higiene, cuidados com a saúde e educação. Sendo assim, a experiência escolar torna-se uma etapa inevitável para crescer e integrar-se na sociedade adulta. A partir da educação e da escola, são produzidos sujeitos capazes de se incluírem no modelo econômico vigente.

De fato, enquanto muitas gerações viveram sem nenhum tipo de atenção por parte dos governantes, estes observam que as populações - que são, afinal o reservatório de mão-de-obra para a economia - devem ser administradas. Aparecem a medicina social, as estatísticas de nascimento e mortalidade, e os programas sociais; o Estado percebe que é necessário dar garantias contra riscos e acidentes de trabalho, controlar causalidades, implantar a ideia de um bem-estar comum com a contribuição de todos [...] (Dussel, Caruso, 2003, p. 159).

O conceito de aprendizagem tem uma forte influência neoliberal que busca formas inovadoras de se educar o aluno. O Estado e o mercado conduzem o olhar dos profissionais da educação, que passam a gerir a sua vida e a de outros, são capazes de modificar a si e aos outros.

Os conceitos e as práticas inclusivas de nosso tempo têm origem nos mecanismos de normação, típico de uma sociedade disciplinar, e de normalização, típico de uma sociedade de seguridade ou de controle. É a forma pública de se performar os resultados.

Se na relação direta com o indivíduo o Estado operava com a lógica da normação - a partir da norma, determina-se o normal e o anormal (movimento típico da sociedade disciplinar) - na relação com a população o Estado necessitou operar com a normalização - a partir do normal se determina a norma - (movimento típico da sociedade de seguridade). Em ambos os casos, decorrentes da norma, estão implicadas as necessidades de tradução, diagnóstico, classificação, ordenamento, hierarquização, regulamentação, controle e normalização. Cada necessidade apontada associa-se a um tipo de operação da norma, ou seja, algumas estão na ordem do indivíduo, outras estão na ordem da população que se quer conhecer e governar (LOPES e DAL'IGNA, 2012, p. 855).

Toda operação de inclusão busca estar alinhada com a norma que dita os limites da normalidade. E quem faz a norma é o Estado. O Brasil no início do milênio fez importantes investimentos na inclusão de pessoas com deficiência, pobres, afrodescendentes e os que trazem consigo histórias geracionais de discriminação negativa. Já em meados da segunda década do séc. XXI, com a mudança de governo, corre-se o risco de se perder as conquistas sociais implementadas no início da segunda década do séc. XXI.

Segundo a lógica racional neoliberal, a inclusão não homogênea ou iguala as condições de vida e participação de todos, é uma estratégia que coloca todos em movimento a partir da educação e da participação de mercado. E a regra de participação do mercado é a diferença individual, via educação e formação dos indivíduos. Cria-se um ambiente de competição, cada um luta consigo mesmo e com o outro, para se manter ou ocupar melhor posição no

mercado, numa trajetória existencial individualista. Cada um deve se autogovernar e se autoconduzir a partir de uma potência interior, acreditando que a oportunidade de crescer vem com a vontade de mudar a vida. Os investimentos do mercado e do Estado não permitem que todos tenham as mesmas condições e possibilidades, mas que todos possam participar, provendo sua própria vida. Sloterdijk (2012) afirma que “*o homem se produz a partir de exercícios que desenvolve sobre si mesmo*”. O mercado faz o sujeito viver uma tensão, uma constante ameaça pelo outro ou por si mesmo, com o objetivo de manter um padrão de produtividade cada vez mais alto que se impõe a si mesmo. No momento que o sujeito não atende as expectativas, é excluído do mercado e passa a estar à margem da sociedade. Por isso presenciamos na escola um discurso educacional pedagógico com viés de autoajuda, de superação e de autonomia. Os professores são ensinados a mobilizarem os alunos para usarem a sua força interior. “*O que importa parece ser não o que os professores ensinam e não que tipo de inclusão eles promovem na escola, mas como eles devem conduzir para que os alunos saibam aprender em qualquer circunstância*” (LOPES, Maura Corcini, 2015, p. 301).

A inclusão na contemporaneidade é uma estratégia de Estado que atende os interesses do mercado que tem o modelo econômico neoliberal. Ocorre mais especificamente na educação pela escola. O Estado e o mercado atuam sobre o indivíduo e o coletivo da população fazendo acreditar que todos podem vencer os obstáculos à participação e à vida digna. A inclusão no Brasil é produzida por uma lógica neoliberal sustentada pelo capitalismo de tipo empresarial e financeiro.

Nos currículos pessoais, a inclusão, como uma prática assistencial, passou a ser um diferencial para aquele que age sobre seu meio. Proatividade, empreendedorismo, competição, solidariedade, tolerância, capacidade de ver novos investimentos em parcelas desfavorecidas, condições de consumo e de ter o que parece ser o mesmo que o outro tem etc. são parte dos valores que integram e mobilizam um tipo de sentimento de inclusão (LOPES, Maura Corcini, 2015, p. 302).

Será essa a verdadeira inclusão social? Proposta formulada para atender o modelo econômico vigente, com a tutela do Estado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Foucault, poder produz saber, como os saberes produzem novas relações de poder, que são usadas para a manutenção das relações de poder. Nesse sentido, muitas vezes são deixadas de lado práticas libertadoras na educação: o cuidar de si, o cultivo de si mesmo, o construir a sua personalidade. A educação, nos dias de hoje, está voltada para o mercado de trabalho. Trata-se de uma educação que tem um objeto externo ao sujeito, implica terminar o ensino fundamental, fazer o ensino médio, passar em um vestibular, concluir um curso superior e se inserir no mercado de trabalho. Há sempre um objetivo externo colocado para o processo educativo. Raras vezes o processo educativo é pensado como um processo de construção de si, em que o objetivo é cultivar-se, formar-se, fazer-se, construir-se através de uma prática libertadora, para além das reduções da disciplina. Há duas formas de pensar a escola, uma, como um espaço do conhecimento, conforme modernamente foi pensada e está centrada no conhecimento e na transmissão do saber. A outra forma está em exercer o princípio do cuidado de si, a realidade educacional, aqui, o processo educativo passa a ser a formação do aluno, e o aluno constrói-se a si mesmo como uma obra de arte. O próprio Foucault menciona a possibilidade da vida como obra de arte, tal como aponta nos textos finais de sua vida, segundo uma estética da existência⁸.

Deve-se criticar o processo educacional como o sistema político de dominação que utiliza o poder disciplinar e torna o corpo uma força de trabalho. Tal processo faz da disciplina um tipo de organização do espaço, uma técnica de distribuição dos indivíduos através de inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar. O objetivo do sistema de poder educacional vigente é tornar o homem útil e dócil. Por isso as instituições de ensino têm um papel importantíssimo, podem criar o novo, ou reproduzir o modelo vigente, legitimando o poder existente.

⁸ Para maiores esclarecimentos sobre a estética da existência em Foucault, indicam-se os cursos ministrados no Collège de France em Paris: O Governo de si e dos outros e Hermenêutica do Sujeito.

O caminho para criar o novo está na atuação do educador, a educação deve estar fundamentada no tripé da relação de construção de conhecimento como: o antropológico, que entende o ser humano como outro, como um infinitamente outro. A linguagem, que se não for adequada, não permite a possibilidade de construção da relação de conhecimento. O significado e o sentido, onde o aluno deve entender o que está sendo dito e que faça sentido para ele entender em que o conhecimento adquirido pode ser aplicado.

A escola e a cultura funcionam através de metáforas econômicas, a cultura não depende da economia, a cultura funciona como uma economia e forma-se o “capital cultural”. É através da reprodução da cultura dominante que ocorre a reprodução mais ampla da sociedade. Nas escolas, o currículo escolar está baseado no discurso da cultura dominante. Ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças e jovens da classe dominante compreendem esse código e são bem-sucedidas na vida. As crianças e jovens das classes dominadas, que não dominam e não compreendem esse código, não são bem-sucedidas na vida. O capital cultural da classe dominante é reconhecido e fortalecido, já o capital cultural da classe dominada é baixo ou nulo, não sofre qualquer aumento ou valorização. Assim, completa-se o ciclo de reprodução cultural, as classes sociais se mantêm tal como existem, garantindo o processo de reprodução social.

Por que a escola não educa e condena tantas vidas ao desperdício e à esterilidade? A educação deixou de ser uma abertura à razão e ao espírito, convertendo-se em engenharia social, em manipulação dos instintos baixos para a realização da vontade de poder. [...] O homem não mais educa naquilo que tem de essencialmente humano, passou a ser instrumentalizado em vista de algum interesse econômico ou social. Em consequência, desumanizou-se, transformando-se no imbecil que, com base em concepções erradas acerca da natureza humana, cria políticas desumanas (ZAMBONI, 2016, p. 9 s).

O papel do educador é promover um discurso que se recuse à dominação conceitual, disciplinar e econômica. Que possibilite a libertação de modelos e padrões de dominação. Nesse sentido,

a função do educador é promover a justiça social. Constituir uma forma de atuação, que faça da educação uma relação da construção de conhecimento, e conforme a proposta foucaultiana a recusa à disciplina do corpo como pretensão à educação do indivíduo. O educador tem que ser um ser consciente, entender que tem em suas mãos o poder para estabelecer uma forma de relação com o aluno. Se nas relações existe um poder, que esse poder seja utilizado para o bem. Assim, podemos ser otimistas, acreditando que o educador, ao ser consciente de seu papel, pode fazer a diferença no processo educacional de seus alunos.

Independente da sociedade, economia e política, a microfísica do poder presente na relação do educador com o educando pode ter um viés libertador e emancipador, desde que o educador tenha a consciência de seu papel e esteja comprometido para promover o bem maior para seu aluno. A educação continua e sempre será importante para promover a justiça social. A sociedade pode mudar e se transformar a partir da educação.

Foucault é um crítico ao apontar a existência de uma microfísica do poder, através de mecanismos de disciplina, vigilância e punição presentes nas relações humanas. Tais conceitos podem ser aplicados na educação, onde a formação do indivíduo se faz por uma disciplina do corpo na escola, seu adestramento é realizado por formas de vigilância e punição, o que viabiliza a biopolítica, o controle dos grupos existentes, e mantém as classes sociais tal como está. O discurso do poder está repleto de códigos, que formam o currículo oculto voltado para a manutenção do poder vigente. É o exercício do biopoder, onde a população é tanto alvo como instrumento em uma relação de poder.

Existe uma saída? Talvez sim, quanto ao futuro podemos ser pessimistas ou otimistas, o que podemos ver no horizonte como possibilidade de mudança está no campo de atuação do educador, a sala de aula, sua metodologia e prática de ensino, ou seja, a forma como o educador constrói com o educando uma relação de construção de conhecimento. Para que a atitude do educador seja positiva, justa e libertadora, é necessário que o educador esteja consciente do seu papel na relação de poder que tem para com o educando. Tornar o educando um ser autônomo, liberto e dono de si tem que ser o objetivo máximo da educação, uma busca e

prática do educador. Assim, seguindo as palavras de Foucault, e salientando o próprio papel da filosofia, ousamos repetir com ele: *“Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser”* (FOUCAULT, 1995, p. 239).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, I. L. Foucault e a crítica do sujeito. 2ª.ed. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

CÉSAR, Maria Rita de A.; DUARTE, André. Governo dos corpos e escola contemporânea. Educação & Realidade. Porto Alegre. V. 34, n. 2, p. 119-134, maio/ago. 2009.

COSTA, Sylvio Gadelha da. Governamentabilidade neoliberal, teoria do capital humano e educação contemporânea. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, maio/ago. 2009.

DUSSEL, Inês; CARUSO, Marcelo. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.

FOUCAULT, M. A coragem da verdade. Curso no Collège de France (1983-1984). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. A hermenêutica do sujeito. Curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 16ª ed. trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Ditos e escritos. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, v. 5.

_____. Do governo dos vivos. Curso no Collège de France (1979-1980). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. Du gouvernement des vivants. Paris: Hautes Études: Ehes Gallimard Seuil, 2012.

_____. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Ética, sexualidade e política. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Coleção Ditos e Escritos. v. V. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. A governamentalidade. Em Michæl Foucault, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Microfísica do poder / organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *O governo da infância / Haroldo de Resende (Organizador)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção Estudos Foucaultianos)

_____. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Segurança, território, população*. Curso no Collège de France (1977-78). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete*. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KORAN, Walter O. *Infância, estrangeiridade e ignorância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. *Subjetividade docente, inclusão e gênero*. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 120, v. 33, p. 851-867, jul./set. 2012.

MUCHAIL, S. Foucault, simplesmente. São Paulo: Loyola, 2004.

SLOTERDIJK, Peter. Has de cambiar tu vida. Valencia: Pre-textos, 2012.

VEYNE, P. Foucault, seu pensamento e sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização. Brasileira, 2011.

ZAMBONI, Fausto. Contra a escola - Ensaio sobre literatura, ensino e Educação Liberal / Fausto Zamboni - Campinas, SP: VIDE Editorial, 2016.

ANEXO I

Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais

ou responsável, pela frequência à escola.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990).